



VIOLÊNCIA

Caso Henry Borel: defesa se retira e júri é adiado

Advogados de um dos réus têm pedido negado pela juíza e abandonam a sessão, que será retomada em 25 de maio. Pai do menino morto após agressões do padrasto, com leniência da mãe, desabafa: “Assassinaram meu filho pela segunda vez”

» RAFAELA BOMFIM*

O julgamento dos réus pelo assassinato do menino Henry Borel, de quatro anos, em 8 de março de 2021, foi adiado para 25 de maio depois que os advogados de Jairo Souza Santos Júnior, o Jairinho — acusado de torturar e agredir a criança, o que teria causado a morte —, abandonaram, ontem, o plenário do 2º Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, alegando cerceamento de defesa. Isso porque a juíza Elizabeth Machado Louro negou a eles o pedido de suspensão da sessão, que alegavam não terem obtido acesso a todas as provas do processo — queriam o conteúdo completo extraído de um notebook do pai de Henry, Leniel Borel.

“É conduta que fere os princípios que norteiam as sessões de julgamento, além dos direitos dos acusados e da família da vítima (...) Declaro como ato atentatório contra a dignidade da Justiça a conduta dos referidos patronos. Condeno os cinco advogados presentes a esta sessão ao ressarcimento dos prejuízos causados pelo adiamento”, frisou a magistrada, que, inicialmente, remarcou o julgamento para 22 de junho, mas foi antecipada para 25 de maio. Além disso, mandou oficial a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para que avalie a aplicação de sanções ético-disciplinares aos defensores.

Por causa da nova data, a juíza determinou o relaxamento da prisão da mãe de Henry, Monique Medeiros, também ré no processo e acusada de possibilitar que o menino fosse maltratado por Jairinho, com quem era casada à época do crime. “Entendo que diante de tal quadro processual, a custódia da ré de agora figura-se manifestamente ilegal por excesso claramente despropositado de prazo na prisão, razão pela qual relaxo a prisão”, afirmou a juíza.

O promotor Fábio Vieira, do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ), afirmou que vai recorrer contra o relaxamento da prisão de Monique, que ainda classificou a manobra da defesa de Jairinho — que continuará preso na penitenciária de Bangu 8 — como “completamente ilegal”.

A advogada Florence Rosa, que representa Monique, disse que a medida era a adequada do ponto de vista

Fotos: Reginaldo Pimenta/Agência O Dia/Estadão Conteúdo



O que foi feito aqui é um assassinato, um terrorismo contra uma família que luta. É um desrespeito com a memória do Henry e com a minha família. O Henry não está aqui mais para contar a história dele”

Leniel Borel, pai do menino Henry

processual. “A decisão da juíza foi a mais acertada, tanto que foi endossada pela acusação e pela assistência de acusação, porque processualmente era a mais correta”, afirmou

O júri começou com o sorteio do Conselho de Sentença, formado por seis mulheres e um homem, e a leitura da denúncia. Em seguida, os advogados de Jairinho pediram o adiamento do julgamento, o que foi negado pela magistrada. Os cinco defensores de Jairinho anunciaram, então, que deixariam a sessão. Sem a presença da defesa, o

julgamento não poderia continuar. Diante disso, a juíza dispensou os jurados e encerrou os trabalhos.

Crítica

O pai de Henry criticou o adiamento. “Assassinaram meu filho pela segunda vez. Meu sentimento como pai é que mataram meu filho novamente”. “O que foi feito aqui, hoje (ontem), é um assassinato, um terrorismo contra uma família que luta. É um desrespeito com a memória do Henry e com a minha



Declaro como ato atentatório contra a dignidade da Justiça a conduta dos referidos patronos. Condeno os cinco advogados presentes a esta sessão ao ressarcimento dos prejuízos causados pelo adiamento”

Trecho da decisão da juíza Elizabeth Machado Louro

família. Aqui tem um pai, aqui tem um coração de carne, aqui tem uma pessoa. O Henry não está aqui mais para contar a história dele, mas eu estou aqui para continuar esse legado. E aí, fazem, novamente, uma palhaçada. Uma estratégia protelatória”, acusou.

Henry morreu no apartamento onde morava com a mãe e o padrasto, na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio. O menino foi levado ao Hospital Barra D’Or, onde o casal alegou que ele havia sofrido um acidente doméstico. Porém,

o laudo de necropsia do Instituto Médico-Legal apontou 23 lesões por ação violenta, entre elas laceração hepática e hemorragia interna.

As investigações da Polícia Civil concluíram que Henry era submetido a agressões e que Monique tinha conhecimento do que acontecia. O padrasto à época era vereador pela capital fluminense e atendia pelo nome político de Dr. Jairinho, já que era médico de formação. Com o crime, teve o mandato cassado.

Ele e Monique foram presos em abril de 2021 e denunciados pelo

Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ). Jairinho responde por homicídio qualificado e a mãe de Henry é acusada de homicídio por omissão, sob a acusação de não ter impedido as agressões e de ter deixado de proteger o filho.

Segundo a denúncia, no dia da morte da criança, Jairinho causou as lesões que resultaram no óbito. O MP-RJ também sustenta que, em outras três ocasiões, em fevereiro de 2021, Henry foi submetido a sofrimento físico e mental pelo padrasto.

A defesa de Jairinho sustenta que existem contradições entre os laudos periciais sobre a causa da morte. Os advogados afirmam que mensagens obtidas a partir de relatório do aplicativo israelense Cellebrite indicariam conversa entre um perito e a então chefe do IML antes da finalização de um dos documentos. Para a banca, isso levou à alteração do conteúdo para favorecer a acusação.

“O conteúdo das mensagens comprova, sem quaisquer dúvidas, que os laudos de necropsia foram manipulados por interesses de terceiros”, afirmou o advogado Rodrigo Fauz, que não compareceu ao Tribunal do Júri. Outro defensor, Fabiano Lopes, afirmou: “A prova é muito objetiva. A fraude aconteceu. Se tratar isso da forma que merece, esses laudos são nulos”.

Os advogados também voltaram a dizer que Henry não morreu em decorrência de agressões e levantaram, novamente, a hipótese de que manobras de ressuscitação realizadas no Hospital Barra D’Or tenham causado parte das lesões. “A gente está dizendo que a criança comprovadamente não foi vítima de agressões”, disse Fauz.

A Polícia Civil e o Hospital Barra D’Or, no entanto, sustentam que Henry chegou morto à unidade. Para a assistência de acusação, o conjunto reunido no processo aponta a responsabilidade dos réus. “Não há dúvida alguma de que Jairo torturou de forma cruel o Henry Borel. Esse crime aconteceu pelo fato de Monique Medeiros ter abdicado do seu dever sagrado de proteger o seu filho”, afirmou o advogado Cristiano Medina da Rocha.

* Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi

Em Vitória e Recife, duas vítimas de relações abusivas

» FÁBIO GRECCHI

Dois casos de feminicídio ganharam repercussão nacional. Em Vitória, a comandante da Guarda Municipal da capital capixaba, Dayse Barbosa, foi morta a tiros na madrugada, no bairro Caratoíra, pelo namorado dela, o policial rodoviário federal Diego Oliveira de Souza, que em seguida tirou a própria vida. Em Recife, o empresário Silvio Souza Silva assassinou a ex-companheira, Isabel Cristina Oliveira dos Santos e também se suicidou.

No caso de Dayse, mãe de uma menina de oito anos, o crime ocorreu dentro da residência da comandante. A perícia encontrou sinais de arrombamento na porta que dá acesso ao quarto e indícios de planejamento por parte de Diego.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) informou que o agente era lotado na Delegacia da PRF em Campos dos Goytacazes, município do

Rio de Janeiro. A corporação lamentou a morte da comandante e afirmou que está à disposição para colaborar com as investigações.

A delegada Raffaella Aguiar, titular da Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher, afirmou que os elementos apontam para feminicídio. “As informações são de que ele não aceitava o fim do relacionamento”, disse. Segundo a policial, após o crime, parentes de Dayse relataram que o suspeito era “ciumento, possessivo e extremamente controlador”.

Ainda conforme a investigação, não havia registros formais de denúncia contra o policial. “A comandante nunca tinha relatado para os companheiros dela lá da Guarda Municipal, bem como não tinha um registro junto à Polícia Civil”, disse a delegada.

Vestígios recolhidos no local indicam que a ação pode ter sido premeditada. “Ele levou ferramentas, levou uma escada, ferramentas para

Fotos: Reproduções/Instagrams pessoais



Diego arrombou a casa em que Dayse morava para matá-la



Isabel tinha relacionamento com Silvio desde os 14 anos

romper, abrir a porta”, afirmou a policial. Em nota, a Prefeitura de Vitória lamentou a morte da comandante e destacou a atuação que ela tinha na defesa dos direitos das mulheres e no combate à violência de gênero. A administração municipal decretou luto oficial de três dias.

Medida protetiva

Em Recife, o assassinato de Isabel Cristina foi o fim, segundo parentes dela, de uma relação marcada por desentendimentos frequentes. Segundo informações do boletim de ocorrência (BO) registrado no Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), ela manteve um relacionamento com Silvio por cerca de oito anos e tinha uma filha de três anos.

Ainda de acordo com o BO, Isabel tinha uma medida protetiva contra o empresário, mas ele continuava frequentando o imóvel do

casal, na Torre 9 do condomínio Le Parc, na capital pernambucana. A irmã e a cunhada da vítima estavam com a filha do casal no momento do crime e foram as primeiras a encontrar os corpos.

Segundo o BO, Isabel contou à irmã, no domingo, que Silvio foi ao local, discutiu com ela, e a agridiu ao arremessar uma sandália. O empresário teria retornado posteriormente para cometer o feminicídio. No apartamento, a polícia apreendeu três celulares e um revólver calibre 38, cujo tambor continha duas munições deflagradas.

Parentes disseram que o relacionamento entre eles teria começado quando Isabel tinha apenas 14 anos e ele, 40. Natural de Campina Grande (PB), a jovem estudava Medicina na Universidade Católica de Pernambuco. Silvio era cantor e atendeu pelo nome artístico de Dom Silver. Era, também, dono de uma fábrica de portas e janelas. (Com AE)